

Uma Tristeza que Mata O Sofrimento Ético-Político dos Laklãõ Xokleng em Frente à Barragem

A Sadness that Kills

The Ethical and Political Suffering of Laklãõ Xokleng in front of the Dam

Recebido: 20 de fevereiro de 2025 | Aceito: 30 de junho de 2025 |
Publicado: 17 de setembro de 2025

DOI: 10.32870/PUNTO.V11I21.275

Ielicia VIANA•
Kátia MAHEIRIE••

RESUMO

Este estudo documental buscou analisar alguns dos efeitos psicossociais da barragem construída na Terra Indígena Laklãõ Xokleng, no Brasil. Os resultados apontam para a existência de um “sofrimento ético-político” decorrente da violação de direitos pelo Estado, em razão da falta de reconhecimento de sua humanidade. O modo de vida indígena foi invadido, mas eles encontraram formas de viver à sua maneira. A luta e a resistência nas experiências de coletivização se traduzem em novos modos de viver juntos.

PALABRAS CLAVE

efeitos psicossociais • violação do Estado • direitos indígenas • sofrimento ético-político

.....

- Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Áreas de pesquisa: racismo, povos indígenas, políticas sociais. ielicia.ufsc@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-2454-0573>.
- Profesora visitante del Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. Profesora titular aposentada del Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Doctora en Psicología Social por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo. Áreas de pesquisa: psicologia social, psicologia política, estética e política, consultórios estéticos, arte e coletivos, subjetivação política, processos de parentalidade e políticas de assistência social. maheirie@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-5226-0734>.

ABSTRACT

This participatory and documentary study aimed to analyze some of the psychosocial effects of the dam built on the Laklãnõ Xokleng Indigenous territory in Brazil. The results indicate the existence of an ethical-political suffering, a consequence of the violation of rights perpetrated by the State and the lack of recognition of their humanity. Indigenous ways of life were invaded, yet they continue to find ways to live on their own terms. Their struggle and resistance, expressed through collective experiences, translate into shared ways of life.

KEYWORDS

psychosocial effects • State violation • indigenous rights • ethical-political suffering

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO

Viana, I. y Maheirie, K. (2025). Uma Tristeza que Mata: O Sofrimento Ético e Político dos Laklãnõ Xokleng em Frente à Barragem. *Punto Cunorte*, 11(21), e21241. <https://doi.org/10.32870/punto.v11i21.241>

INTRODUCCIÓN

O processo colonial é marcado por projetos que violam e negam a presença indígena no território. Por meio de uma ideologia racista, vidas, natureza e terras foram inferiorizadas a ponto de sua desumanização se institucionalizar nas práticas de diversos governos (Fanon, 1968; Dussel, 2010; Quijano, 1992). No caso do Brasil, um país de dimensões continentais e com aproximadamente 212 milhões de habitantes, a colonização europeia iniciou-se nas regiões costeira e nordeste e expandiu-se gradualmente para o interior.

Isso foi acompanhado pela contínua institucionalização de práticas violentas: racismo e genocídio tornaram-se legalmente possíveis, como por exemplo quando, em 1808, o governo da época declarou “guerra aos Botocudos”, povos considerados “hostis” e “selvagens” (Monteiro, 1994). O povo Laklãnõ Xokleng foi um destes povos que também lutou fisicamente durante o chamado “tempo do mato” (Priprá, 2023)¹ contra os projetos de colonos, imigrantes e agentes do Estado (Santos, 1973; Ribeiro, 1996).

Após o extermínio quase total do povo Laklãnõ Xokleng, as denúncias internacionais de assassinato de indígenas levaram à criação de um órgão institucional, de viés positivista e militar, com o objetivo de proteção e “pacificação”. Enquanto a guerra contra os Botocudos previa anteriormente o genocídio, a “pacificação” visava garantir sua integração à sociedade nacional. Naquele momento histórico, foi considerada um grande avanço em relação à abordagem anterior (Ribeiro, 1996). A lei afirmava que “a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus costumes e instituições devem ser respeitados, não intervindo para alterá-los senão com doçura e sempre consultando a vontade dos respectivos chefes” (Decreto n.º 9.214, 1911).

Mas, junto com esse “avanço”, veio o fortalecimento do poder tutelar, instrumento legal estabelecido pela Lei Penal de 1916, mas que já era uma prática colonial baseada no poder missionário da Igreja (Souza Lima, 1995). O governo brasileiro utilizou o conceito legal de “tutela”

.....

¹ Esta é uma expressão utilizada pelo Polo Laklãnõ Xokleng para referir-se ao tempo anterior à colonização.

para garantir seu domínio institucionalizado, com base na noção de que os povos indígenas eram como “crianças”, incapazes de defender seus direitos e necessitados de serem “civilizados”, integrados ao sistema branco, eurocêntrico e colonial brasileiro. Havia uma compreensão integracionista de “inclusão”, com viés evolucionista (racista), que entendia que quanto mais “integrados” os indígenas estivessem, mais gradualmente se tornariam trabalhadores rurais e deixariam de ser indígenas (Ribeiro, 1996; Souza Lima, 1995; Longhini, 2022).

Com a chegada do governo militar por meio de um golpe de Estado, as práticas de violência estatal se aprofundaram, exacerbando a vulnerabilidade das comunidades indígenas no Brasil, realidade ainda em grande parte oculta no Brasil (Cruz, 2021). A construção de barragens em terras indígenas tornou-se ainda mais comum, e o total desrespeito à sua presença, às suas vozes e aos seus direitos tornou-se evidente. Uma dessas ações foi a construção da “Barragem Norte”, a maior barragem de retenção de águas pluviais do país, que visava evitar inundações em cidades vizinhas às terras indígenas – cidades com população predominantemente branca e descendente de alemães. Dentre seus efeitos, os psicossociais ainda são pouco explorados na literatura brasileira, por isso este artigo visa contribuir para essa discussão e para o compromisso com reparações materiais e imateriais.

MÉTODOS

A pesquisa acadêmica foi (e pode ainda ser) um método colonial que objetiva os povos indígenas. Ao mesmo tempo, a educação se tornou uma ferramenta de luta do movimento indígena no Brasil e no mundo, e a presença de pesquisadores indígenas levou à descolonização de metodologias, questionando, sobretudo, o compromisso com a reparação em cada estudo e o protagonismo indígena (Smith, 2009; Longhini, 2022).

A partir de um compromisso ético e político como pesquisadoras não indígenas, buscamos visibilizar as vozes do povo Laklãnõ Xokleng, discutindo caminhos para um processo de reconhecimento e reparação por violações de direitos. Este artigo utiliza análise documental, registros

realizados por pesquisadores indígenas Laklãõ Xokleng: produções acadêmicas já de livre acesso, além de vídeos onde encontramos relatos da experiência antes e depois da Barragem. Também usamos entrevistas jornalísticas, que estão disponíveis gratuita e publicamente.

Analisamos os 23^o trabalhos de conclusão de curso (TCCs) defendidos em 2015 por educadores Laklãõ Xokleng da primeira turma do curso de Bacharelado em Interculturalidade Indígena da Mata Atlântica Sul (LI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Destes, 18 abordavam de alguma forma o tema da “Barragem Norte” e 4 tinham o tema como objeto de estudo. A partir dos relatos desses projetos, identificamos algumas dimensões do sofrimento decorrente da violação de direitos coletivos.

O texto contextualiza a luta do povo Laklãõ Xokleng e o conceito de sofrimento ético-político (Sawaia, 2001) diante da violência estatal. Em seguida, apresenta dimensões do sofrimento decorrente da relação com a Barragem Norte, bem como algumas Estratégias de Combate e Produção de Saúde.

DESENVOLVIMENTO

Antes da barragem, uma história de luta contra a violência colonial

A vida do povo Laklãõ Xokleng já havia sido violentada antes da barragem e de um governo militar central. Inicialmente, isso ocorreu ao genocídio causado pela “Guerra dos Botocudos”, que levou ao massacre de indígenas considerados “hostis”, grupos que lutavam fisicamente contra a subjugação colonial. O trabalho dos “bugreiros” –homens contratados pelo governo para matar indígenas– foi fundamental para o desenvolvimento da colonização alemã na região do Vale do Itajaí, no sul do Brasil. A matança indiscriminada de indígenas abriu caminho para a prática da agricultura. Após anos de mortes indígenas, o povo Laklãõ entrou em contato com os brancos em 1914, por meio da convivência com um agente do governo (Santos, 1973; Ribeiro, 1996; Wittmann, 2007).

.....

2 Disponíveis em <https://licenciaturaindigena.ufsc.br/> (consultado em 15 de janeiro de 2025). Para saber mais sobre este curso, acessar Melo (2013).

Seguindo o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o povo Laklãnõ Xokleng foi assentado em uma aldeia, impondo uma cultura sedentária de produção dentro dos limites da reserva. Essa realidade era até então desconhecida para o povo, que era coletor e caçador, seguia o tempo da natureza, não tinha aldeia fixa, mas sim acampamentos onde cultivava as culturas sazonais. Possuíam uma vida coletiva, com suas danças, tradições e cosmologia (Priprá, 2021). Souza Lima (1995) explica que a proposta de “proteger os indígenas” garantia um Grande Cerco de Paz, uma vez que a proteção legal definia os indígenas como incapazes de responsabilidade civil e garantia a liberdade de tomar decisões sobre eles sem sua presença ou audição.

Por meio de um sistema de controle autoritário, vigilância, punição, violência e homogeneização, o SPI tornou-se cada vez mais violento, produzindo mortes diretas (homicídios coletivos e individuais) e indiretas (tortura física e psicológica, escravidão, estupro e assédio sexual). Apesar de proibido de circular sem autorização, o líder indígena Brasília Priprá rebelou-se e viajou à capital federal em 1954 para denunciar o que acontecia na Terra Indígena Laklãnõ. Ao retornar, foi assassinado a mando do chefe do posto, e sua luta por autonomia e vida coletiva abriu caminho para que a comunidade também lutasse (Santos, 1973; Patté, 2015).

O golpe militar de 1964 aprofundou uma série de graves conflitos territoriais. No caso dos Laklãnõ Xokleng, o roubo e a extração ilegal de madeira nativa aumentaram, além da instalação de uma Barragem de Contenção de Águas Pluviais em território já reconhecido pelo Estado como indígena. A barragem foi construída sem qualquer consulta ao povo Laklãnõ, sem estudos de impacto ambiental e sem compensação pela perda de terras, “apesar de a Convenção 107/1973 da OIT exigir que as populações afetadas não sejam deslocadas de seus territórios consuetudinários sem seu consentimento” (Ladik Antunes e Nunes Junior, 2023, p. 9). A barragem abriu caminho para a expansão da exploração madeireira nativa; sua construção gerou a necessidade de novas estradas em altitudes mais elevadas e aumentou o fluxo de madeira. Trata-se de uma “indústria de barragens” cujo objetivo explícito é conter as inun-

dações no baixo Vale do Itajaí, mas implicitamente havia e há outros interesses comerciais envolvidos (Ladik Antunes e Nunes Junior, 2023).

Entendemos o sofrimento psicológico como um processo resultante das condições sociais e históricas de contextos macro e micro. O psicológico, o social e o político estão interligados e são dinâmicos e, portanto, são fenômenos que abrangem afetos múltiplos do corpo e da alma. A subjetividade humana é produzida na dialética das relações sociais, não como uma instância interna e essencial, mas como uma construção onde o singular e o coletivo se entrelaçam e são afetados pela materialidade daquele contexto: suas relações de poder, economia, cultura, opressões e poderes (Sawaia e Maheirie, 2014).

Em contextos de desigualdades e violência estrutural, é fundamental compreender que há sempre uma dimensão objetiva da desigualdade, uma dimensão ética da injustiça e uma dimensão subjetiva do sofrimento (Sawaia, 2001; 2014). É um sofrimento que se sente através da experiência de ser tratado como inferior, subordinado e sem valor. Nesse caso, é necessário analisar as formas sutis de “exploração humana por trás da aparência de integração social e, portanto, compreender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de antigos e dramáticos problemas de desigualdade social” (Sawaia, 2001, p. 107). Trabalhamos a partir de uma perspectiva afetiva: as emoções são importantes para a compreensão da experiência indígena diante da violência colonial. Não podemos atuar de forma limitada às necessidades básicas de sobrevivência, pois isso reduziria os corpos-territórios à materialidade, desconsiderando os processos da alma, da espiritualidade e do bem viver.

A partir de uma perspectiva crítica da ideia de “modernidade” (Dussel, 2010), reconhecemos que o processo colonial deixou feridas nos povos, um processo que historicamente se prolongou pela colonialidade (Quijano, 1992), uma colonização que não se encerrou. No caso dos povos indígenas no contexto brasileiro, desde o início da colonização, sempre houve um processo de “etnogenocídio” que busca, ao mesmo tempo, tirar vidas e apagar culturas (Núñez Longhini, 2022).

Psicólogos indígenas no Brasil têm demonstrado a necessidade de atentar para a saúde mental de seus povos, tanto dentro quanto fora das

aldeias, mas sob uma perspectiva diferente: a da autonomia, do respeito e da emancipação desses povos. Demonstram a necessidade urgente de compreender suas realidades diversas e específicas, sem individualizá-las, mas sim aprofundando-se nos determinantes que as produzem. Itaynara Tuxá (2022) explica que, para os povos indígenas, “a terra simboliza a vida, o bem-estar e o projeto de vida [...]. Os territórios são considerados um mecanismo de promoção da saúde, e sua ausência produziria uma série de vulnerabilidades [...]. Vemos uma simbiose ou fusão dessa relação: o território como extensão do corpo” (pp. 16-17).

Em sua pesquisa, Itaynara Tuxá também analisou os efeitos psicossociais da barragem construída no território Tuxá, na Bahia, Brasil. Ela também examinou como “o rio foi aprisionado” e sua relação com o sofrimento ético e político de seu povo. Este é um conceito importante que vem ganhando cada vez mais atenção na Psicologia Social Latino-Americana, visto que o sofrimento ético e político vai além do sofrimento psicológico individual, mas resulta da experiência social da injustiça.

[o] sofrimento ético-político abrange as múltiplas aflições do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes maneiras. Qualifica-se pela maneira como sou tratado e como trato os outros na intersubjetividade, seja presencialmente ou anonimamente, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético e político retrata a experiência cotidiana das questões sociais dominantes em cada período histórico, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subordinado, inútil, um apêndice inútil da sociedade. Revela o tom ético da experiência cotidiana da desigualdade social, da negação socialmente imposta. (Sawaia, 2014, p. 104)

RESULTADOS

Uma tristeza que mata: efeitos psicossociais da Barragem Norte

Como vimos nos itens anteriores, a existência da Barragem Norte no território Laklãnõ Xokleng não é um evento pontual, mas sim a materialização de uma série de violações que se iniciaram antes de 1900 –durante o período de contato colonial– e que ganharam concretude física

com o projeto iniciado em 1976 e concluído em 1994. Essa construção faz parte de um projeto militar-corporativo maior, que buscava proteger a região de Blumenau, cidade no sul do Brasil, por meio de uma “indústria de inundações” que já tinha consciência dos impactos destrutivos que causaria. Os indígenas, ao falarem sobre a decisão do governo corporativo-militar de construir a barragem, dizem que se sentem “esquecidos”, não reconhecidos como sujeitos de direitos.

Alair Ngamum Patté (2015) afirma que “o governo só se importava com a população não indígena [branca], esquecendo que acima da barragem havia seres humanos que, apesar de serem minoria, tinham uma vida e uma cultura a preservar” (p. 37). Blumenau é a principal cidade da região conhecida como “Vale Europeu” e antigamente era a “Colônia Blumenau”, que administrava todas as outras colônias alemãs estabelecidas seguindo a política de cotas de terras para imigrantes europeus, a Lei de Terras de 1850. A Terra Indígena Laklãñõ, hoje lar de aproximadamente 2,700 pessoas, está localizada abaixo do Vale e é uma área acidentada que dependia do rio e da floresta nativa para produtividade. Atualmente, após os efeitos da barragem, a comunidade que quem viveu ao redor do rio teve que se dividir em dez aldeias.

O tamanho dessa megaconstrução (com capacidade para 350 milhões de metros cúbicos de água) foi acompanhado por inúmeros fatores que atrasaram sua conclusão. Problemas técnicos com a barragem continuaram a ocorrer, causando acidentes, mortes e inundações que destruíram pomares e plantações ao redor do rio (Ladik Antunes e Nunes Junior, 2023). Além disso, a barragem gradualmente tornou improdutivas 95 % das terras aráveis. Assim, antes e durante esses 16 anos de construção, a barragem deixou marcas irreparáveis na vida das pessoas.

Willi Ndiili, de 75 anos, explicou em entrevista à revista Piauí (Revista Piauí, 2023) que o problema central em torno da barragem é o fato de ela destruir o modo de vida dos Laklãñõ Xokleng, além do que a colonização já havia destruído. Ele afirma que não é mais possível recuperá-lo porque esse modo de vida dependia da relação com a terra e seus recursos: a barragem não apenas inundou a terra, mas também expropriou o

senso de relação com a terra, ao limitar o usufruto de seus recursos. Em sua história, a memória do passado anterior à barragem, quando as pessoas viviam vidas pacíficas e relaxadas, emerge com força. Essas palavras indicam um estado de saúde psicossocial. Afinal, a vida ao redor do rio e da floresta proporcionou as condições para que eles pudessem conviver, se alimentar das riquezas, das frutas, dos pinhões, dos peixes. Como essa relação pode ser recuperada?

A gente vivia tão bem e em paz. Eram 8 ou 9 da manhã, a gente ia pescar no rio e já almoçava. Tinha bastante peixe. Era assim que a gente vivia, tranquilo e tranquilo. Não tínhamos preocupações, dormíamos em paz. A família estava em paz. [...] Em 1982 [na enchente] eu perdi um irmão e um filho de 9 anos. Mas tinha mais gente, né? Então isso trouxe tristeza para essa reserva. E continua até hoje. A partir daí, os índios começaram a morrer, um atrás do outro. É uma preocupação, sabe? É preocupante. Muita gente quer fugir da barragem, da enchente, mas não sabe para onde vai. A promessa era grande, que eles colocariam os índios num lugar alto. Mas num lugar preparado. [...] Então a gente quer o lugar certo para viver em paz. Em paz, né? Porque a nossa paz acabou. A partir de 1914³ a gente teve uma relação muito boa. Por quê? Porque a gente tinha fruta. Estava cheio de frutas. E o dono daquela barragem quer fazer isso, mas não está negociando com os indígenas. Ele quer tirar todos os nossos direitos, fazer isso, e depois quer que a gente vá embora sem dizer nada, nem um ‘obrigado’. Então é isso que nos preocupa a todos. [...] Antes da barragem, todos nós morávamos juntos, mas a barragem nos dividiu. Ela forçou as famílias a subirem o morro por medo de enchente, por medo de a barragem romper. [...] Hoje, ninguém mais se conhece. (Revista Piauí, 2023)

Além da interrupção do modo de vida da aldeia, a barragem criou um estado de alerta constante, já que as enchentes ocorrem todos os anos em épocas diferentes. Segundo o ancião, depois das enchentes, os jovens e as lideranças morreram “um após o outro”. Morte por afogamento ou desabamento, mas também pelo efeito psicossocial da preocupação constante, da falta de alternativas, do medo cada vez que chove

.....

3 1914 é o ano que marcou o contato do Povo Xokleng com o SPI, inicialmente sou confrontado fisicamente e com a participação de lideranças indígenas.

demais. Durante a entrevista, há uma sensação de morte iminente em seu relato, uma leitura crítica e realista das possibilidades de luta.

Eu quero descansar, sabe, a gente vê tanta coisa lá. Às vezes chega um cacique muito preocupado, quer consertar as coisas, mas não tem jeito. [...] Então eu não sei o que a gente vai fazer da vida. A gente se preocupa muito. A barragem trouxe consigo uma dificuldade. Nos causou tristeza. Muita gente morreu, como eu disse. Liderança, presidente, cacique, tudo. [...] Vou parar, tá? Porque quando eu falo da barragem, eu choro. O branco sente muito, né? Mas eu choro [...]. Eu quero que vocês espalhem isso pelo Brasil. Que todo mundo veja isso aqui, essa barragem. Eu sei que a gente fala muito, mas as pessoas não sabem do sofrimento dos índios. [...] Falem por nós também! Vão lá e digam: 'Eu estava lá, eu vi o sofrimento deles, eu vi a lamentação deles'. [...] A gente está sofrendo por causa da barragem. Ninguém se conhece; São nove aldeias, todas espalhadas, por causa da barragem. Em termos de reconhecimento, ele dá maior ênfase ao fato de a sociedade desconhecer a realidade dos Laklãñō Xokleng. E convoca os brancos a assumirem uma posição de divulgação, mobilização e conscientização entre outros no Brasil sobre esse sofrimento ético-político: 'Vão lá e digam, eu estava lá, eu vi o sofrimento deles, eu vi a lamentação deles'. (Revista Piauí, 2023)

E o ancião prossegue, destacando que a Barragem não é um fato isolado, mas parte de um projeto de morte que vem desde a colonização até os dias atuais, e que continua se reinventando. O ancião logo explica que a produção da morte é um projeto em andamento e que devemos lutar pelo direito à indenização, uma forma de reparação:

Eles querem matar todos nós. [...] Eles fazem isso com a gente há muito tempo. Então, tudo o que estamos passando, essa vida triste... Eles estão lá, estão nos ameaçando. Não são só os colonos, como dizem, as autoridades de Brasília. A maioria é contra; Eles querem acabar com isso, querem nos matar. É isso que está acontecendo no Brasil. [...] Eles podem reconhecer a terra, ter mais terra, mas não teremos paz porque não é possível recuperar o que estava lá — havia muito pinhão, fomos lá procurar comida. E eles acabaram levando toda a riqueza da reserva. Então agora eles vão deixar a pedra limpa para os índios; os índios nunca vão se recuperar. Nunca. Então eles sofrem a mesma coisa lá. A única coisa pela qual estamos lutando agora é para que o impacto ambiental seja pago. O governo paga. Eles vão construir uma barragem, então o problema indígena deve ser resolvido primeiro. Muito obrigado. (Revista Piauí, 2023)

A compreensão dos mais velhos aparece em outros relatos, de pessoas mais jovens — pesquisadores da educação escolar indígena — que apontam para o limite de não poder mais retornar ao tempo em que os povos eram unidos, sendo necessário lutar pelos direitos à reparação. Esse medo e essa ansiedade são sentimentos comuns nos relatos registrados pelos pesquisadores Laklãõ Xokleng. O educador Neuton Ndilli (2015), na mesma linha, também afirma que o que fica é a memória afetiva, a lembrança dos bons momentos vividos em torno do rio.

De lá, fomos caçar e pescar, até que o homem branco veio construir uma barragem, aí a coisa piorou. Ficamos divididos por causa disso. O rio transbordava quando chovia, perdemos tudo, menos a nossa terra. Agora só nos resta a lembrança do que era bom quando éramos unidos. Tivemos que nos dividir, e até hoje essa divisão existe entre nós porque o que a causou foi consequência da barragem. É por isso que hoje vivemos em oito aldeias. Eu não queria que isso acontecesse, mas o que nos resta agora é buscar ajuda dos governos e lutar juntos por essa causa; temos que lutar pelos nossos direitos. (pp. 26-28)

Se a coexistência era o modo de vida para os Laklãõ Xokleng, quais os efeitos do enfraquecimento dessa possibilidade na saúde mental das pessoas? Marcondes Namblá (2020) entende que, uma vez desmantelado o sistema tradicional do “mundo dos adultos e da comunidade que faz parte da formação da pessoa Laklãõ”, a tendência é criar uma geração com outros princípios e moralidade social diferentes do que consideramos apropriado para uma pessoa Laklãõ (p. 209).

Tradicionalmente, o povo Laklãõ era um coletivo social em que tudo era compartilhado entre todo o grupo; alimento, moradia e plantações pertenciam ao coletivo, e não havia nenhuma forma de opressão causada pela lógica do progresso. Além disso, além de compartilharem alimentos, as crianças compartilhavam os mesmos espaços e territórios para suas brincadeiras e, principalmente, compartilhavam aprendizados e experiências no mundo tradicional em que estavam inseridas. (Namblá, 2015, pp. 203-209)

Alair Ngamum Patté (2015) também entende, a partir do diálogo com seus mais velhos, que a barragem é o principal evento que impede o modo de vida do povo, pois, “além de persistirem na preservação de seus

costumes tradicionais, o povo Laklãnõ/Xokleng ainda encontra em seu caminho diversos obstáculos que marcam profundamente sua trajetória” (p. 36). A relação com os brancos também afetou a continuidade da língua nativa. Segundo Alair Patté (2015), “nos últimos 30 anos, o número de falantes de Laklãnõ/Xokleng diminuiu significativamente devido aos casamentos inter-raciais com não indígenas e ao aumento da população não indígena durante a construção da Barragem Norte” (p. 29).

A anciã Laura Patté explica que, desde 1990, o povo iniciou um movimento que chama de “greve”, quando começou a acampar em cima da barragem e a desenvolver estratégias de luta em conjunto. “Olha! É triste o que os brancos fizeram com a gente” (Patté, 2015, p. 42), diz a mulher. Para o idoso Sr. Alfredo, a greve é essencial mesmo diante de todas as perdas: “Hoje estamos vivenciando o movimento na barragem conhecido como a Huelga (a Greve). [...] Desde a construção da barragem, meu povo vem sofrendo os impactos negativos [...]. Mas estamos aqui lutando pelos nossos direitos” (Patté, 2015, p. 45).

A educadora Alair, por sua vez, relata sua experiência e demonstra que, ao pensar na barragem, fica sem palavras, “ao ver que ainda insistimos em fazer greve neste lugar que nos trouxe tanta tristeza [...], lá meu povo sofreu, passamos fome, choramos muito porque não tínhamos a quem recorrer, gritamos, mas ninguém nos ouviu” (p. 50). E nos faz refletir sobre o papel do Estado em relação às vidas indígenas: “Nossas denúncias só foram ouvidas quando os indígenas começaram a morrer. Mas por que tem que ser assim? Em toda história indígena, as pessoas têm que morrer para que o governo possa ouvir?” (Patté, 2015, p. 50).

As perspectivas Laklãnõ registradas por educadores e pesquisadores pertencentes à comunidade revelam um vislumbre do sofrimento ético e político de jovens e idosos. Para aqueles que vivenciaram as mudanças antes e depois da barragem em território indígena, há uma dor latente, uma tristeza por terem visto sua força vital violada. É importante reconhecer que isso também é um efeito psicossocial do racismo antiindígena, visto que, em contextos historicamente marcados por processos coloniais, o sofrimento ético e político é marcado pela racialização.

Colonização e colonialidade operam, centralmente, demarcando a superioridade racial do sistema brancocêntrico que tenta privar as pessoas de sua complexidade, homogeneizando e inferiorizando seus modos de ser e pensar (Quijano, 1999; Fanon, 1968). As identidades coletivas de pertencimento indígena são, portanto, marcadas pela inferiorização inerente ao racismo anti-indígena, que se entrelaça com os interesses econômicos de expropriação da terra e da natureza.

Mas a luta dos povos indígenas é ancestral e promove caminhos que subvertem a lógica colonial. Eles destacam o poder da ação diante da perda: a greve sobre a barragem, desde 1990, tem sido um elemento coletivizador que remonta à época em que viviam perto do rio. Improvisados em barracos, sob a chuva intensa que inunda e instila o medo da morte, eles encontram saúde estando juntos, nos comuns, lutando por seus direitos e por alguma compensação material. Estar juntos em greve, em um “acampamento”, como sempre fizeram (Priprá, 2021), parece atualizar a experiência ancestral do “tempo da matança”.

A experiência de estar juntos parece ser uma raiz ancestral que não morre, mesmo com todas as tentativas de silenciá-la, como escreveu Nanblá Gakran (2015): “Não adianta Tentar podar minhas folhas e tentar silenciar minha história, pois isso só aprofundará minhas crenças e, assim, revivará minhas raízes” (p. 4).

CONCLUSÕES

Este estudo compreende que o povo Laklãnõ Xokleng ainda vivencia os efeitos psicossociais da barragem construída em seu território em 1974. O sofrimento ético-político reside no medo a cada chuva mais forte; no estado de alerta e inquietação; na incapacidade de descansar a mente e a alma diante do tratamento racista e negligente do Estado. As histórias indicam que a vida indígena foi invadida, mas eles encontram novas maneiras de viver suas vidas à sua maneira.

Recentemente, após muita luta do povo Laklãnõ Xokleng, iniciou-se um estudo sobre os impactos socioambientais da Barragem Norte, com vistas à produção de ações reparadoras. Ironicamente, os efeitos psicossociais

sociais, que são impactos intangíveis, ainda não são objeto de análise pelo grupo interdisciplinar que produziu o relatório. A dimensão subjetiva da injustiça social continua sendo invisibilizada. A dimensão afetiva da injustiça e da exclusão social foi deixada de lado.⁴

Reconhecer o sofrimento ético-político como aspecto concreto da vida coletiva Laklãnõ Xokleng nos parece um primeiro passo em direção a uma psicologia comprometida com a reparação psicossocial. As histórias aqui apresentadas indicam um caminho de práxis, onde a abordagem psicossocial é mais do que um método; é uma perspectiva ético-política que busca se posicionar “de um lado da história”, buscando reconhecer a ferida infligida pela violência do Estado, que é colonial. A luta do povo Laklãnõ no Brasil é ancestral e persiste pelo direito de viver como bem entender. Ela convoca os brancos a adotarem uma nova posição: de respeito à sua autonomia, mas também de ação prática contra o que está dentro do poder do Estado.

REFERENCIAS

Cruz, F. S. M. (2021). *Letalidade branca: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio* [Tesis de doctorado en Antropología]. Universidad de Brasilia.

Decreto nº 9.214 (15 de diciembre de 1911). Cámara de Diputados, Brasil. Recuperado el 15 de febrero de 2025 en <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-publicacaooriginal-1-pe.html>

Dussel, E. (2010). Meditações Anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. En B. Sousa Santos y M. P. Meneses, *Epistemologias do Sul* (pp. 341-395). Cortez.

Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.

Gakran, N. (2015). *Elementos Fundamentais da Gramática Laklãnõ* [Tesis de doctorado en Lingüística]. Universidade de Brasília .

Ladik Antunes, D. y Nunes Junior, O. (2023). O “Caso Xokleng”: eventos históricos e conflitos ambientais territoriais na Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ.

.....

4 Este documento é de acesso público. Não há psicólogos na equipe que analisou os efeitos da barragem norte.

Revista Tempo E Argumento, 15(40), e0106. <https://doi.org/10.5965/2175180315402023e0106>

- Longhini, G. D. (2022). *Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude* [Tesis de doctorado interdisciplinar en Ciencias Humanas]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Monteiro, J. M. (1994). *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras.
- Nablá, M. (2015). *Infância Laklãnõ: ensaio preliminar* [Tesis de la Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Ndilli, N. C. V. (2015). *Mudanças Socioambientais na Comunidade Xokleng Lakãnõ a partir da construção da Barragem Norte* [Tesis de la Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Patté, A. R. U. (2015). *Barragem Norte na Terra Indígena Laklãnõ* [Tesis de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Priprá, Deboraa L. (2023). *O tempo do mato: memórias da organização social e política do povo Laklãnõ Xokleng* [Tesis de licenciatura en Ciencias Sociales]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Priprá, Walderes C. (2021). *Lugares de acampamento e memória do povo Laklãnõ/Xokleng, Santa Catarina*. [Tesis de Maestría en Historia]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Quijano, A. (1992). Colonialidade e Modernidade/racionalidade. *Perú Indígena*, 13(29), pp. 11-20.
- (1999) ¡Que tal raza! *Ecuador Debate. Etnicidades e Identificaciones*, (48), pp. 141-152.
- Revista Piauí (2023, 29 de agosto). *A luta do povo Xokleng pela terra* [video]. Youtube. Recuperado el 15 de marzo de 2025 en <https://www.youtube.com/watch?v=6UYSMCFXyPQ&t=34s>.
- Ribeiro, D. (1996). *Os índios e a Civilização* (7ª ed.). Companhia das Letras.
- Rocha de Melo, C. (2013). A experiencia na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, 3(1), pp. 120-148.
- Sawaia, B. (Org.) (2001). “Introdução: Exclusão e Inclusão perversa? En *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed.) (pp. 7-13). Vozes.

- (2014). Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. En *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (13ª ed.) (pp. 97-118). Vozes.
- Sawaia, B. B. y Maheirie, K. (2014). A psicologia sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe2), pp. 1-3. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600001>
- Santos, S. C. (1973). *Índios e Brancos no Sul do Brasil-a dramática experiência dos Xokleng*. EDEME.
- Smith, L. (2018). *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas* (R. G. Barbosa, Trad.). Universidade Federal do Paraná.
- Souza Lima, A. C. (1995). *Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Vozes.
- Tuxá, I. (2022). Territorialidade e subjetividade: um caminho de retomada do ser. En *Articulação Brasileira dos(as) Indígenas Psicólogos(as)* (org.), *Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogos(as) no Brasil* (pp. 13-21). Casa Leiria. (Série Saberes Tradicionais, 5).
- Wittmann, L. T. (2007). *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Letras Contemporâneas.